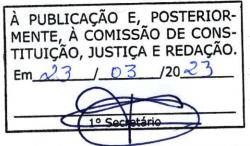


PROJETO DE LEI Nº 138 DE 22 DE Março

DE 2023.



Estabelece sanções administrativas em casos de invasão de propriedades privadas, na forma que específica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A invasão de propriedades privadas, rurais ou urbanas, praticada na forma prevista no art. 161, § 1º, II, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro, sujeita o invasor às seguintes vedações:

I - de recebimento de auxílios, benefícios e programas sociais do governo estadual;

II - de participação de concursos públicos estaduais;

III - de contratação com o governo estadual;

IV - de nomeação para cargos públicos estaduais de provimento em comissão;

§ 1º A invasão de propriedades de que trata o *caput* sujeita ainda o invasor ao pagamento de multa diária, no valor de R\$ 20.000,00 a R\$ 50.000,00, a ser fixada de acordo com a gravidade da conduta, enquanto durar a invasão.

§ 2º A aplicação das vedações e o pagamento de multa de que trata este artigo será antecedida de procedimento administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º As vedações e o pagamento de multa de que trata este artigo iniciam-se com a identificação do invasor, pelo órgão fiscalizador.







Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em

de

de 2023.

Deputado GUGU NADER





JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem o objetivo de estabelecer sanções administrativas para pessoas que invadirem propriedades privadas, rurais ou urbanas.

Justifica-se sua apresentação porque têm se tornado frequentes as invasões a propriedades privadas, conduta ilegal que prejudica a produtividade, o fomento à moradia e impede o cumprimento das exigências legais por parte dos proprietários.

Como é sabido, o direito à propriedade é garantido na Constituição Federal, e não pode ser vulnerado com o fito de fortalecer as invasões, pois mesmo que sejam consideradas um mecanismo reivindicatório, não podem ser executadas por meios e formas ilegais.

Não se olvida da importância da reforma agrária, mas, ao mesmo tempo, não se pode penalizar os setores agrícola e pecuário, que têm se desenvolvido em grande escala. Portanto, impõe-se a adoção de medidas que coíbam essas práticas invasoras e mantenham a ordem social, de forma a se defender os legítimos interesses frente a quaisquer tipos de ameaças depredatórias ou de esbulho em propriedades privadas.



PROCESSO LEGISLATIVO

Nº 2023000347

 Data Autuação:
 23/03/2023

 Projeto:
 178 - AL

Origem: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO

Autor: DEP. GUGU NADER

Tipo: PROJETO
Subtipo: LEI ORDINÁRIA

Assunto:

ESTABELECE SANÇÕES ADMINITRATIVAS EM CASOS DE INVASÃO DE PROPRIEDADES PRIVADAS, NA FORMA QUE ESPECIFICA.



2023000347



ALEGO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE GOIÁS





PROJETO DE LEI Nº J 78 DE 22 DE Março

DE 2023.

À PUBLICAÇÃO E, POSTERIOR-MENTE, À COMISSÃO DE CONS-TITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO. Em. 23 103 /2023

Estabelece sanções administrativas em invasão de propriedades privadas, na forma que especifica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A invasão de propriedades privadas, rurais ou urbanas, praticada na forma prevista no art. 161, § 1º, II, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro, sujeita o invasor às seguintes vedações:

I - de recebimento de auxílios, benefícios e programas sociais do governo estadual;

II - de participação de concursos públicos estaduais;

III - de contratação com o governo estadual;

IV - de nomeação para cargos públicos estaduais de provimento em comissão;

§ 1º A invasão de propriedades de que trata o *caput* sujeita ainda o invasor ao pagamento de multa diária, no valor de R\$ 20.000,00 a R\$ 50.000,00, a ser fixada de acordo com a gravidade da conduta, enquanto durar a invasão.

§ 2º A aplicação das vedações e o pagamento de multa de que trata este artigo será antecedida de procedimento administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º As vedações e o pagamento de multa de que trata este artigo iniciam-se com a identificação do invasor, pelo órgão fiscalizador.







Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em

de

de 2023.

Deputado GUGU NADER







JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem o objetivo de estabelecer sanções administrativas para pessoas que invadirem propriedades privadas, rurais ou urbanas.

Justifica-se sua apresentação porque têm se tornado frequentes as invasões a propriedades privadas, conduta ilegal que prejudica a produtividade, o fomento à moradia e impede o cumprimento das exigências legais por parte dos proprietários.

Como é sabido, o direito à propriedade é garantido na Constituição Federal, e não pode ser vulnerado com o fito de fortalecer as invasões, pois mesmo que sejam consideradas um mecanismo reivindicatório, não podem ser executadas por meios e formas ilegais.

Não se olvida da importância da reforma agrária, mas, ao mesmo tempo, não se pode penalizar os setores agrícola e pecuário, que têm se desenvolvido em grande escala. Portanto, impõe-se a adoção de medidas que coíbam essas práticas invasoras e mantenham a ordem social, de forma a se defender os legítimos interesses frente a quaisquer tipos de ameaças depredatórias ou de esbulho em propriedades privadas.